

# ÍNDICE

## CAPÍTULO 1 DO INQUÉRITO POLICIAL

|   |    |
|---|----|
| 1. Razão de ser do inquérito .....  | 25 |
| 2. Inquéritos extrapoliciais. Funções da Polícia Civil .....  | 26 |
| 3. Fixação das atribuições da Polícia Civil .....   | 26 |
| 4. Finalidade do inquérito policial .....   | 27 |
| 5. Caracteres do inquérito policial .....   | 27 |
| 6. Diligências que podem ser determinadas no curso da investigação policial .....                                     | 28 |
| 7. Prazo para a conclusão do inquérito .....  | 34 |
| 8. Pode a autoridade policial arquivar autos do inquérito? .....  | 34 |
| 9. É indispensável o inquérito? .....   | 35 |
| 10. Qualificação direta ou indireta do indiciado .....  | 35 |
| 11. O relatório .....   | 35 |
| 12. A condução coercitiva do indiciado .....  | 36 |
| 13. Como se inicia o inquérito policial? .....  | 36 |
| 14. Como saber se tal ou qual crime é de ação pública incondicionada ou condicionada ou de ação privada? .....        | 37 |
| 15. Como se inicia o inquérito policial nos crimes de ação pública incondicionada? .....                              | 41 |
| 16. Modelo de portaria. Observações .....   | 42 |
| 17. Modelo de requisição do Promotor de Justiça. Observações .....  | 45 |
| 18. Modelo de requisição do Juiz. Observações .....   | 45 |
| 19. Modelo de requerimento da vítima. Observações .....   | 48 |
| 20. Modelo de representação (reduzida a termo). Observações .....   | 53 |
| 21. Modelo de representação feita por procuração. Modelo de procuração. Observações .....                             | 55 |
| 22. Modelo de requerimento para instaurar inquérito em crime de ação privada. Modelo de procuração. Observações ..... | 57 |

## CAPÍTULO 2 DA PRISÃO EM FLAGRANTE

|   |    |
|---|----|
| 1. O auto de prisão em flagrante como peça inicial do inquérito. Modelo ..... | 65 |
|---|----|

|  |    |
|--|----|
| 2. Sentido da expressão “flagrante delito” .....   | 69 |
| 3. Fundamento atual .....  | 69 |
| 4. As modalidades de flagrante .....   | 73 |
| 5. Sujeito ativo e sujeito passivo da prisão em flagrante .....  | 74 |
| 6. A prisão em flagrante como ato administrativo.....  | 76 |
| 7. A prisão em flagrante nos crimes de ação pública condicionada à representação e nos crimes de ação privada..... | 77 |
| 8. Como se lavra um auto de prisão em flagrante .....  | 77 |
| 9. Providências imediatas a serem tomadas após a lavratura do auto.....  | 78 |
| 10. Prazo para a conclusão do inquérito iniciado por auto de prisão em flagrante.....                              | 83 |
| 11. O flagrante nos crimes permanentes e nos crimes habituais ...  | 83 |
| 12. Se depuser no auto apenas uma testemunha, será válida a peça coercitiva? .....                                 | 84 |
| 13. Observações sobre a prisão em flagrante.....   | 84 |
| 14. Flagrante preparado e flagrante esperado.....  | 89 |
| 15. Modelo de pedido de liberdade provisória.....  | 92 |

## CAPÍTULO 3

### DA JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA

|  |     |
|--|-----|
| 1. Etimologia. Noções.....                                   | 94  |
| 2. Conceito .....  | 97  |
| 3. A função de julgar é exclusiva do Poder Judiciário? ..... | 97  |
| 4. Característicos.....                                      | 99  |
| 5. Princípios .....  | 101 |
| 6. Divisão da jurisdição.....                                | 104 |
| 7. Competência .....   | 107 |
| 8. Delimitação do poder de julgar.....                       | 108 |
| 9. Onde a causa penal deve ser julgada? .....                | 110 |
| 10. Prerrogativa de função .....                             | 116 |
| 10.1. Supremo Tribunal Federal .....                         | 117 |
| 10.2. Superior Tribunal de Justiça .....                     | 119 |
| 10.3. Superior Tribunal Militar .....                        | 122 |
| 10.4. Tribunal Superior Eleitoral.....                       | 122 |
| 10.5. Tribunais Regionais Eleitorais.....                    | 122 |
| 10.6. Tribunais Regionais Federais .....                     | 124 |

|   |     |
|---|-----|
| 10.7. Tribunais de Justiça.....   | 127 |
| 10.8. Nosso entendimento quanto à competência originária <i>ratione personae vel muneris</i> dos Tribunais de Justiça ..... | 134 |
| 10.9. Crime praticado fora do Estado onde o beneficiário de foro privativo exerce suas atividades .....                     | 136 |
| 10.10. Competência originária mesmo cessada a função.....   | 137 |
| 10.11. Problemas especiais .....  | 149 |
| 11. Conexão e continência.....  | 151 |

## CAPÍTULO 4

### DA AÇÃO PENAL

|   |     |
|---|-----|
| 1. Direito de ação.....   | 160 |
| 2. O processo.....  | 161 |
| 3. O processo, forma civilizada para a composição dos litígios ...  | 163 |
| 4. Ação penal: conceito .....   | 164 |
| 5. Classificação subjetiva da ação penal.....   | 164 |
| 6. Da ação penal pública incondicionada .....   | 165 |
| 7. Ação penal pública incondicionada: princípios .....  | 166 |
| 8. Da ação penal pública condicionada .....   | 170 |
| 9. Crimes contra a honra cometidos contra funcionário público em razão da função .....                                  | 186 |
| 10. Requisição do Ministro da Justiça.....  | 189 |
| 11. Como se inicia a ação penal: mediante denúncia ou queixa...   | 192 |
| 12. As condições da ação: genéricas e específicas .....   | 194 |
| 13. Rejeição da denúncia ou queixa.....   | 199 |
| 14. Que providências podem ser tomadas quando o Juiz rejeita ou recebe a denúncia ou a queixa? .....                    | 202 |
| 15. Pode o Promotor desistir da ação penal?.....  | 203 |
| 16. Como se instaura o processo.....  | 204 |
| 17. Quando o representante do Ministério Público recebe autos de inquérito, que providências pode tomar? .....          | 204 |
| 18. Que deve conter a denúncia? .....   | 204 |
| 19. Modelo de denúncia .....  | 207 |
| 20. Observações práticas sobre a atividade do representante do Ministério Público ao receber os autos do inquérito..... | 208 |
| 21. Prazos para a denúncia .....  | 209 |
| 22. O despacho do Juiz recebendo a denúncia .....   | 210 |
| 23. Outras observações .....  | 213 |

|  |     |
|--|-----|
| 24. Pedido de devolução dos autos à Polícia para novas diligências ..... | 215 |
| 25. Observações .....  | 216 |
| 26. Pode a autoridade policial deixar de realizá-la? .....               | 216 |
| 27. Pedido de arquivamento: modelo .....                                 | 217 |
| 28. Observações .....  | 217 |
| 29. Arguição de incompetência: modelo .....                              | 222 |
| 30. Conflito de competência.....   | 223 |
| 31. Conflito de atribuições .....  | 230 |

## CAPÍTULO 5

### DA AÇÃO PENAL PRIVADA

|  |     |
|--|-----|
| 1. Observações sobre a queixa .....  | 233 |
| 2. A decadência do direito de queixa.....  | 235 |
| 3. Procedimento do Juiz ao receber a queixa .....  | 238 |
| 4. A queixa nos crimes contra a honra. A perempção .....   | 241 |
| 5. O perdão .....  | 242 |
| 6. Caso a ofendida complete 18 anos e não exerça o direito de queixa, ao atingir os 19 pode seu representante legal, que soube tardiamente quem foi o autor do crime, oferecer queixa? ..... | 242 |
| 7. As custas do processo.....  | 243 |
| 8. Modelo de queixa .....  | 244 |
| 9. Modelo de procuração .....  | 245 |

## CAPÍTULO 6

### DA RESPOSTA DO RÉU

|  |     |
|--|-----|
| 1. É a resposta do réu obrigatória ou facultativa? ..... | 247 |
| 2. Exemplo de resposta do réu .....                      | 248 |
| 3. Observações sobre a resposta do réu.....              | 249 |

## CAPÍTULO 7

### DO ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO

|   |     |
|---|-----|
| 1. O assistente de acusação .....                                 | 253 |
| 2. Em que casos pode habilitar-se a vítima como assistente? ..... | 253 |
| 3. A função do assistente .....                                   | 254 |
| 4. Ouvida do Ministério Público.....                              | 255 |

|  |     |
|--|-----|
| 5. Cabe recurso do despacho do Juiz que admite o assistente?<br>E se não o admitir? .....                            | 255 |
| 6. Atividade do assistente .....   | 256 |
| 7. Em que hipóteses pode recorrer?.....  | 256 |
| 8. Prazo para a interposição de recurso pelo assistente .....  | 259 |
| 9. Pode o Poder Público intervir como assistente?.....   | 261 |
| 10. A intimação da sentença .....  | 262 |
| 11. Modelos de pedido de habilitação de assistente.....  | 262 |
| 12. Modelo de procuração .....   | 263 |
| 13. Modelo de mandado de segurança para a hipótese de o Juiz<br>indeferir o pedido de habilitação do assistente..... | 264 |

## CAPÍTULO 8

### DO INCIDENTE DE INSANIDADE MENTAL DO ACUSADO

|  |     |
|--|-----|
| 1. O fato típico .....   | 267 |
| 2. A antijuridicidade .....                                    | 268 |
| 3. A culpabilidade .....                                       | 269 |
| 4. A imputabilidade .....                                      | 270 |
| 5. A importância do exame de sanidade .....                    | 270 |
| 6. Critérios para aferir a inimputabilidade .....              | 271 |
| 7. Os menores de 18 anos .....                                 | 272 |
| 8. Os doentes mentais .....                                    | 272 |
| 9. A embriaguez .....  | 273 |
| 10. A fusão dos elementos etiológico e psicológico .....       | 275 |
| 11. Como se comprova a inimputabilidade?.....                  | 275 |
| 12. Oportunidade para o exame de insanidade mental .....       | 277 |
| 13. Legitimidade .....   | 278 |
| 14. Procedimento .....   | 278 |
| 15. Formulação dos quesitos .....                              | 280 |
| 16. A doença mental antes e depois da prática da infração..... | 281 |
| 17. Fica o Juiz vinculado à perícia?.....                      | 282 |

## CAPÍTULO 9

### DA PROVA

|                                     |     |
|-------------------------------------|-----|
| 1. Considerações sobre a prova..... | 284 |
| 2. Do interrogatório .....          | 298 |

|   |     |
|---|-----|
| 3. Ofendido e testemunhas .....                 | 305 |
| 4. Reconhecimento, acareação e documentos ..... | 321 |
| 5. Da busca e apreensão .....                   | 326 |

## CAPÍTULO 10

### DAS FORMAS PROCEDIMENTAIS

|   |     |
|---|-----|
| 1. Conceito de procedimento .....   | 335 |
| 2. Processo e procedimento .....  | 335 |
| 3. As alterações introduzidas no Processo Penal .....   | 337 |
| 4. Formas procedimentais .....  | 340 |
| 5. Procedimento na hipótese de foro pela prerrogativa de função .   | 341 |
| 6. Procedimento na hipótese de foro sem prerrogativa de função:<br>comum e especial .....   | 351 |
| 7. Procedimento comum ordinário.....  | 352 |
| 8. Procedimento comum sumário .....   | 355 |
| 9. Suspensão condicional do processo .....  | 357 |
| 10. Procedimento das infrações cuja pena máxima não ultrapasse<br>dois anos. Infrações de menor potencial ofensivo. A transação ..  | 360 |
| 11. O procedimento sumariíssimo .....   | 372 |
| 12. Procedimento sumário para as infrações de menor potencial<br>ofensivo que não puderem ser julgadas no Juizado nem se su-<br>bordinarem ao procedimento sumariíssimo ..... | 373 |
| 13. Procedimentos especiais previstos no Código de Processo Pe-<br>nal e em leis extravagantes.....   | 373 |
| 14. Crimes da competência do Júri. Procedimento .....   | 378 |
| 15. O Júri e suas linhas estruturais. A soberania dos <i>veredicta</i> .....  | 392 |
| 16. Antecedentes.....   | 393 |
| 17. A instituição do Júri no Brasil .....   | 394 |
| 18. Traço marcante do Júri brasileiro e demais caracteres .....   | 396 |
| 19. Organização e funcionamento do Júri .....   | 403 |
| 20. Questionário .....  | 418 |
| 21. Sentença condenatória. Sentença absolutória. Desclassifica-<br>ção .....  | 434 |
| 22. Modelo de sentença absolutória. Observação .....  | 436 |
| 23. Modelo de sentença condenatória. Observação.....  | 437 |
| 24. Modelo de sentença em caso de desclassificação. Observações...  | 438 |

**CAPÍTULO 11**  
**OUTROS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS**  
**PREVISTOS NO CPP**

|  |     |
|--|-----|
| 1. Crimes de responsabilidade de funcionário público. Procedimento ..... | 442 |
| 2. Crimes contra a honra. Procedimento.....                              | 446 |
| 3. Crimes contra a propriedade imaterial. Procedimento .....             | 451 |

**CAPÍTULO 12**  
**PROCEDIMENTOS ESPECIAIS PREVISTOS**  
**EM OUTRAS LEIS**

|   |     |
|---|-----|
| 1. Crimes falimentares.....   | 457 |
| 2. Formalidades previstas na Lei n. 11.101/2005 .....   | 458 |
| 3. Críticas e sugestões à nova Lei de Falências .....   | 461 |
| 4. Outras formalidades previstas na Lei de Falências. Procedimento .....  | 463 |
| 5. Crimes de imprensa.....  | 466 |
| 6. Crimes eleitorais. Procedimento .....  | 467 |
| 7. Entorpecentes. Procedimento .....  | 470 |
| 8. Crimes contra a fauna e a flora (Lei n. 9.605/98) .....  | 474 |
| 9. Crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores ..  | 475 |
| 10. Os crimes previstos no art. 14 da Lei n. 7.505/86, arts. 39 e 40 da Lei n. 8.313/91 e art. 10 da Lei n. 8.685/93..... | 476 |
| 11. Crimes de abuso de autoridade. Procedimento .....   | 476 |
| 12. Crimes contra a economia popular. Procedimento .....  | 478 |
| 13. Crimes da Lei das Licitações. Procedimento .....  | 481 |

**CAPÍTULO 13**  
**PROCEDIMENTO DAS CONTRAVENÇÕES**

|   |     |
|---|-----|
| 1. Preliminares .....                               | 484 |
| 2. O procedimento das contravenções eleitorais..... | 486 |

3. O procedimento dos processos por crimes cometidos por prefeitos municipais. Observação ..... 487

## CAPÍTULO 14 DAS ALEGAÇÕES

1. Alegações finais: exemplo ..... 492  
2. Observações sobre as alegações finais, orais, ou debates, nos procedimentos ordinário, sumário e sumariíssimo ..... 494

## CAPÍTULO 15 DA PRISÃO, DAS MEDIDAS CAUTELARES E DA LIBERDADE PROVISÓRIA

1. Da prisão ..... 497  
2. Quando é necessária a prisão processual? ..... 506  
3. A prisão decorrente de pronúncia e de sentença penal condenatória recorrível ..... 508  
4. Da prisão preventiva ..... 510  
5. Da prisão temporária ..... 517  
6. Anotações sobre o flagrante ..... 521  
7. Da liberdade provisória ..... 522  
8. Da fiança. As hipóteses de inafiançabilidade ..... 523  
9. Limites da fiança ..... 526  
10. Autoridade competente para arbitrar o valor da fiança ..... 528  
11. Extinção ..... 528  
12. Fiança sem efeito e fiança inidônea ..... 530  
13. Reforço ..... 530  
14. Fiança sem objeto ..... 531  
15. Condenação ..... 531  
16. Execução ..... 531  
17. Observação ..... 532

## CAPÍTULO 16 DA SENTENÇA

1. Sentença absolutória: exemplo ..... 533  
2. Sentença condenatória: exemplo ..... 534  
3. Observações sobre a sentença ..... 536



## CAPÍTULO 17

### DAS NULIDADES

|   |     |
|---|-----|
| 1. Noções preliminares.....                                   | 554 |
| 2. Ato inexistente .....                                      | 554 |
| 3. Atos nulos e irregulares.....                              | 555 |
| 4. A nulidade .....   | 556 |
| 5. Atos essenciais.....                                       | 556 |
| 6. Formalidades essenciais .....                              | 558 |
| 7. A classificação dos atos e das formalidades.....           | 558 |
| 8. Incompetência, suspeição e suborno do Juiz.....            | 559 |
| 9. Ilegitimidade de parte .....                               | 561 |
| 10. Relação dos atos estruturais .....                        | 561 |
| 11. Nulidades absolutas e relativas no CPP .....              | 566 |
| 12. Momento para a arguição da nulidade .....                 | 568 |
| 13. Poderá o Juiz, sem provocação, conhecer da nulidade?..... | 568 |
| 14. Quem pode arguir a nulidade?.....                         | 568 |
| 15. Modos de sanabilidade.....                                | 569 |
| 16. Pode haver nulidade em inquérito? .....                   | 569 |

## CAPÍTULO 18

### DOS RECURSOS

|  |     |
|--|-----|
| 1. Conceito. Generalidades.....  | 572 |
| 2. Fundamento.....   | 574 |
| 3. Pressupostos lógico e fundamental .....   | 575 |
| 4. Classificação da sucumbência .....  | 576 |
| 5. Pressupostos recursais objetivos.....   | 581 |
| 6. Pressupostos recursais subjetivos .....   | 590 |
| 7. Juízo de admissibilidade, ou prelibação.....                                    | 591 |
| 8. Extinção anormal dos recursos.....  | 591 |
| 9. Classificação dos recursos. Recursos ordinário, extraordinário e especial ..... | 592 |
| 10. Recursos voluntários e necessários .....                                       | 593 |
| 11. Efeitos dos recursos .....   | 596 |
| 12. Unirrecorribilidade .....  | 599 |

## CAPÍTULO 19

### DO RECURSO EM SENTIDO ESTRITO

|   |     |
|---|-----|
| 1. Exemplo de interposição .....  | 600 |
| 2. Exemplo de razões. Observação .....  | 601 |
| 3. Considerações .....  | 603 |
| 4. O recurso em sentido estrito .....   | 605 |
| 5. É taxativa a enumeração feita pelo art. 581?.....  | 606 |
| 6. Como pode ser feita a interposição do recurso em sentido estrito? .....  | 607 |
| 7. O recurso em sentido estrito sobe nos próprios autos ou em separado?.....  | 607 |
| 8. Prazo para razões e contrarrazões .....  | 608 |
| 9. Pode o Juiz retratar-se? .....   | 609 |
| 10. E se o Juiz retroceder, poderá a parte contrária recorrer? .....  | 610 |
| 11. A quem é endereçado o recurso em sentido estrito? .....   | 611 |
| 12. Quando o recurso em sentido estrito deve ser endereçado ao Tribunal de Justiça, Tribunal Regional Federal ou Tribunal Regional Eleitoral? ..... | 612 |
| 13. É o recurso em sentido estrito sempre endereçado ao Tribunal de Justiça? .....  | 612 |
| 14. As decisões que comportam recurso em sentido estrito .....  | 613 |
| 15. Modelo de interposição de recurso “por termo nos autos” (recurso interposto oralmente) .....  | 621 |
| 16. Efeitos .....   | 621 |
| 17. Recurso <i>secundum eventum litis</i> e recurso <i>pro et contra</i> .....  | 623 |

## CAPÍTULO 20

### DO RECURSO DE APELAÇÃO

|   |     |
|---|-----|
| 1. Exemplo de interposição de recurso de apelo .....                            | 624 |
| 2. Exemplo de razões. Observação .....  | 625 |
| 3. Exemplo de contrarrazões .....   | 627 |
| 4. Noções .....   | 635 |
| 5. Quais as decisões que comportam o recurso de apelação?.....                  | 636 |
| 6. Comporta toda sentença absolutória ou condenatória o recurso de apelo? ..... | 638 |
| 7. Como se interpõe a apelação? .....   | 638 |
| 8. O prazo para a interposição da apelação e a sua contagem ....                | 638 |

|   |     |
|---|-----|
| 9. Se o Juiz denegar o recurso de apelo, que providência poderá ser tomada? Prazo para as razões e contrarrazões.....                   | 641 |
| 10. Quando da interposição de recurso nas razões ou contrarrazões podem ser juntados documentos? .....                                  | 642 |
| 11. Pode o apelante protestar pelo oferecimento das suas razões na Superior Instância? .....  | 642 |
| 12. A quem é endereçado o recurso de apelo? .....   | 645 |
| 13. Apelação plena e limitada .....   | 645 |
| 14. Prazo para a remessa dos autos à Superior Instância .....   | 646 |
| 15. Pressupostos próprios do recurso de apelo .....   | 647 |
| 16. Extinção anormal da apelação .....  | 648 |
| 17. Em qualquer apelação, funciona o juízo <i>ad quem</i> sempre como <i>judicium rescindens</i> e <i>judicium rescissorium</i> ? ..... | 651 |
| 18. A apelação sobe nos próprios autos? .....   | 655 |
| 19. O § 4º do art. 593 .....  | 655 |
| 20. A apresentação de razões na Superior Instância somente é possível na apelação? .....  | 656 |
| 21. Apelação sumária e apelação ordinária .....   | 656 |
| 22. Efeitos do recurso de apelação .....  | 657 |
| 23. Tem a apelação do assistente efeito suspensivo? .....   | 657 |
| 24. A proibição da <i>reformatio in pejus</i> .....   | 657 |

## CAPÍTULO 21

### DO PROTESTO POR NOVO JÚRI

|                               |     |
|-------------------------------|-----|
| 1. Abolição do protesto ..... | 666 |
|-------------------------------|-----|

## CAPÍTULO 22

### DOS EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE

|   |     |
|---|-----|
| 1. Modelo de interposição com as respectivas razões. Observação.  | 669 |
| 2. Modelo de parecer da Procuradoria de Justiça .....   | 671 |
| 3. Considerações preliminares.....  | 671 |
| 4. Os embargos infringentes e de nulidade .....   | 673 |
| 5. Prazo para a sua interposição e respectivo procedimento.....   | 674 |
| 6. São os embargos infringentes e de nulidade oponíveis contra qualquer decisão não unânime de segunda instância? ..... | 675 |

|  |     |
|--|-----|
| 7. A particularidade dos embargos infringentes na Justiça Militar .....    | 677 |
| 8. Para a interposição dos embargos deve o réu recolher-se à cadeia? ..... | 677 |
| 9. Os embargos no STF .....  | 677 |
| 10. Os embargos no STJ .....   | 679 |
| 11. Embargos de divergência .....  | 679 |

## CAPÍTULO 23

### DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

|   |     |
|---|-----|
| 1. Modelo .....   | 683 |
| 2. Generalidades .....  | 684 |
| 3. Quando podem ser opostos .....   | 685 |
| 4. A quem são dirigidos .....   | 685 |
| 5. Procedimento .....   | 686 |
| 6. Cabe recurso do despacho do Relator que indefere liminarmente o requerimento?..... | 686 |
| 7. Quem pode interpor os embargos? .....  | 687 |
| 8. Quem os julga? .....   | 687 |
| 9. Os embargos na inferior instância.....   | 687 |
| 10. Retratabilidade .....   | 687 |
| 11. Suspendem o prazo de outro eventual recurso? .....                                | 688 |
| 12. Extensão dos embargos declaratórios .....   | 688 |

## CAPÍTULO 24

### DA CARTA TESTEMUNHÁVEL

|  |     |
|--|-----|
| 1. Exemplo de interposição de carta testemunhável. Observação .....              | 691 |
| 2. Exemplo de razões.....  | 692 |
| 3. Exemplo de contrarrazões .....  | 694 |
| 4. Observações sobre a carta testemunhável.....                                  | 695 |
| 5. Se o recurso denegado for o extraordinário, caberá carta testemunhável? ..... | 695 |
| 6. O prazo para ser requerida a carta testemunhável.....                         | 697 |
| 7. A obrigação do escrivão de fornecer recibo ao testemunhante .....             | 697 |
| 8. Tem a carta testemunhável efeito suspensivo?.....                             | 698 |
| 9. Qual o procedimento da carta testemunhável na segunda instância? .....        | 698 |

|  |     |
|--|-----|
| 10. Razões históricas da carta testemunhável ..... | 699 |
| 11. Como se conta o prazo .....                    | 700 |

## CAPÍTULO 25 DA CORREIÇÃO PARCIAL

|   |     |
|---|-----|
| 1. Modelo .....   | 701 |
| 2. Exemplo de razões.....                               | 702 |
| 3. Exemplo de contrarrazões .....                       | 703 |
| 4. Generalidades .....                                  | 703 |
| 5. Cabimento.....                                       | 704 |
| 6. Admite-se a correição no processo civil? .....       | 705 |
| 7. Origem .....   | 705 |
| 8. Surgimento da correição no Estado de São Paulo ..... | 706 |
| 9. É inconstitucional? .....                            | 706 |
| 10. É recurso? .....                                    | 707 |
| 11. Procedimento .....                                  | 708 |

## CAPÍTULO 26 DO “HABEAS CORPUS”

|   |     |
|---|-----|
| 1. Exemplo de impetração de <i>habeas corpus</i> perante o Juiz de Direito .....  | 712 |
| 2. Considerações sobre o <i>habeas corpus</i> .....   | 713 |
| 3. Se o <i>habeas corpus</i> não é um recurso, qual a sua natureza jurídica? .....                                      | 715 |
| 4. A doutrina brasileira do <i>habeas corpus</i> .....  | 717 |
| 4A. Teoria brasileira do <i>habeas corpus</i> : exemplo .....   | 717 |
| 5. Pode o <i>habeas corpus</i> ser impetrado por qualquer pessoa? .....   | 720 |
| 6. Quando o Juiz, ao receber cópia do flagrante, relaxa a prisão, está concedendo <i>habeas corpus</i> de ofício? ..... | 721 |
| 7. Qual o órgão competente para conhecer do pedido de <i>habeas corpus</i> ? .....                                      | 722 |
| 8. A competência originária.....  | 722 |
| 9. A competência recursal.....  | 731 |
| 10. Se, impetrada a ordem de <i>habeas corpus</i> , o Tribunal denegá-la, que providência poderá ser tomada? .....      | 732 |
| 11. Podem os órgãos inferiores da Justiça Militar conhecer de pedidos de <i>habeas corpus</i> ? .....                   | 733 |

|   |     |
|---|-----|
| 12. Se o Tribunal Regional Eleitoral denegar a ordem de <i>habeas corpus</i> , que recurso será oponível? .....   | 734 |
| 13. Se o Tribunal de Justiça ou qualquer outro Tribunal (menos o Regional Eleitoral) denegar o recurso ordinário constitucional, que providência poderá ser tomada? ..... | 734 |
| 14. Alguns casos de <i>habeas corpus</i> .....  | 735 |
| 15. As informações a serem prestadas pela autoridade coatora ...  | 736 |
| 16. Exemplos de <i>habeas corpus</i> impetrados ao Tribunal de Justiça.   | 737 |
| 17. Observações sobre o <i>habeas corpus</i> .....  | 748 |
| 18. A sustentação oral do <i>habeas corpus</i> .....  | 748 |
| 19. Exemplo de <i>habeas corpus</i> impetrado ao STJ .....  | 748 |
| 20. Outras observações sobre o <i>habeas corpus</i> .....   | 750 |
| 21. Pode o pedido de <i>habeas corpus</i> ser reiterado? .....  | 750 |
| 22. Pode o <i>habeas corpus</i> beneficiar outras pessoas mesmo que não tenham impetrado a ordem? .....   | 751 |
| 23. E se o Tribunal conceder a ordem, poderá ser interposto recurso extraordinário? .....   | 751 |
| 24. Nas transgressões disciplinares cabe <i>habeas corpus</i> ? .....   | 752 |
| 25. E se o Presidente do Tribunal indeferir, liminarmente, a ordem de <i>habeas corpus</i> , que providência poderá ser tomada? ...                                       | 754 |
| 26. Pode ser impetrada ordem de <i>habeas corpus</i> contra ato do particular? .....  | 754 |
| 27. O <i>habeas corpus</i> preventivo e o liberatório .....   | 755 |
| 28. Finalidade do <i>habeas corpus</i> .....  | 759 |
| 29. Apresentação do paciente .....  | 759 |
| 30. Sanções .....   | 760 |
| 31. Pedido de informações .....   | 760 |
| 32. Intervenção do Ministério Público .....   | 760 |
| 33. Como pode ser impetrada a ordem? .....  | 761 |
| 34. Concessão .....   | 762 |
| 35. Não cabimento .....   | 762 |
| 36. O direito protegido pelo <i>habeas corpus</i> .....   | 763 |
| 37. Foi a palavra “iminência”, contida no corpo do art. 647 do CPP, abolida pela Constituição? .....  | 764 |
| 38. Liminar em <i>habeas corpus</i> .....   | 765 |

## CAPÍTULO 27

### DO RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL

|                                  |     |
|----------------------------------|-----|
| 1. Exemplo de interposição ..... | 768 |
| 2. Exemplo das razões .....      | 768 |

|   |     |
|---|-----|
| 3. Os três tipos de recurso ordinário constitucional .....  | 771 |
| 4. O recurso criminal ordinário constitucional, na hipótese do art. 102, II, <i>b</i> , da Magna Carta..... | 771 |
| 5. O recurso ordinário constitucional .....   | 774 |
| 6. Procedimento .....   | 775 |

## CAPÍTULO 28

### DA REVISÃO CRIMINAL

|  |     |
|--|-----|
| 1. Exemplo de propositura de revisão criminal.....               | 777 |
| 2. Apresentada a petição, que providência deve ser tomada? ..... | 779 |
| 3. Generalidades .....   | 779 |
| 4. O erro judiciário e a coisa julgada.....                      | 781 |
| 5. A revisão <i>pro societate</i> .....                          | 783 |
| 6. A revisão criminal no Brasil .....                            | 784 |
| 7. A natureza jurídica .....                                     | 786 |
| 8. Pressuposto primordial da revisão.....                        | 788 |
| 9. Oportunidade .....  | 788 |
| 10. Legitimidade .....   | 789 |
| 11. Pode o Ministério Público requerer a revisão? .....          | 791 |
| 12. A revisão e a decisão do Júri .....                          | 791 |
| 13. Competência.....   | 798 |
| 14. Os fundamentos do pedido .....                               | 800 |
| 15. Extinção da punibilidade .....                               | 801 |
| 16. Unificação de penas .....                                    | 802 |
| 17. Revisão para aumentar a pena.....                            | 803 |
| 18. Pode o Tribunal conceder mais do que lhe foi pedido? .....   | 804 |
| 19. Precisa o condenado recolher-se à cadeia? .....              | 804 |
| 20. Conversão em diligência .....                                | 805 |
| 21. As regras dos arts. 621 e 626 do CPP .....                   | 805 |
| 22. Absolvição e revisão .....                                   | 806 |
| 23. Prazo .....  | 806 |
| 24. O pedido .....   | 806 |
| 25. Procedimento .....   | 807 |
| 26. Julgamento .....   | 809 |
| 27. Improcedência.....   | 809 |
| 28. Procedência .....  | 810 |
| 29. Consequências .....  | 811 |
| 30. Anulado o processo, poderá ser aumentada a pena? .....       | 811 |
| 31. Reiteração .....   | 814 |

|                                |     |
|--------------------------------|-----|
| 32. Sentença estrangeira ..... | 815 |
| 33. A Justiça Eleitoral.....   | 816 |
| 34. Morte do condenado.....    | 816 |
| 35. A indenização.....         | 816 |

## CAPÍTULO 29

### DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO

|   |     |
|---|-----|
| 1. Noções gerais .....                              | 818 |
| 2. Recurso extraordinário: conceito.....            | 818 |
| 3. A denominação “extraordinário” .....             | 820 |
| 4. Outras funções do STF.....                       | 821 |
| 5. Quando é cabível o recurso extraordinário? ..... | 822 |
| 6. Legitimidade .....                               | 823 |
| 7. Procedimento .....                               | 824 |
| 8. Denegação. Recurso oponível .....                | 828 |
| 9. Procedimento no juízo <i>ad quem</i> .....       | 829 |
| 10. Problemas especiais. O prequestionamento.....   | 829 |
| 11. Recurso extraordinário e recurso especial.....  | 831 |
| 12. Modelo .....                                    | 836 |
| 13. Súmulas do STF em matéria criminal .....        | 839 |

## CAPÍTULO 30

### DO RECURSO ESPECIAL

|  |     |
|--|-----|
| 1. O recurso especial .....                        | 851 |
| 2. Quando cabe.....                                | 851 |
| 3. Finalidade.....                                 | 858 |
| 4. Procedimento .....                              | 859 |
| 5. Denegação.....                                  | 861 |
| 6. Outras funções do STJ.....                      | 862 |
| 7. Súmulas do STJ em matéria criminal.....         | 863 |
| 8. Súmulas do extinto TFR em matéria criminal..... | 871 |
| 9. Modelos .....                                   | 872 |

## CAPÍTULO 31

### DOS AGRAVOS

|                                      |     |
|--------------------------------------|-----|
| 1. Os agravos no processo penal..... | 891 |
|--------------------------------------|-----|



|   |     |
|---|-----|
| 2. Histórico.....   | 891 |
| 3. O agravo de instrumento no processo penal e o agravo nos autos ..... | 892 |
| 4. Modelos de agravo nos autos .....                                    | 894 |
| 5. O agravo em execução .....   | 905 |
| 6. Modelo de agravo em execução .....                                   | 906 |
| 7. O agravo regimental.....   | 910 |
| 8. Modelo de agravo regimental.....                                     | 911 |
| 9. O recurso inominado .....  | 912 |
| 10. Reclamação .....  | 913 |
| <i>Bibliografia</i> .....   | 915 |

## I. RAZA

Cód. de  
 Processo Penal.  
 Art. 593.  
 Art. 594.  
 Art. 595.  
 Art. 596.  
 Art. 597.  
 Art. 598.  
 Art. 599.  
 Art. 600.  
 Art. 601.  
 Art. 602.  
 Art. 603.  
 Art. 604.  
 Art. 605.  
 Art. 606.  
 Art. 607.  
 Art. 608.  
 Art. 609.  
 Art. 610.  
 Art. 611.  
 Art. 612.  
 Art. 613.  
 Art. 614.  
 Art. 615.  
 Art. 616.  
 Art. 617.  
 Art. 618.  
 Art. 619.  
 Art. 620.  
 Art. 621.  
 Art. 622.  
 Art. 623.  
 Art. 624.  
 Art. 625.  
 Art. 626.  
 Art. 627.  
 Art. 628.  
 Art. 629.  
 Art. 630.  
 Art. 631.  
 Art. 632.  
 Art. 633.  
 Art. 634.  
 Art. 635.  
 Art. 636.  
 Art. 637.  
 Art. 638.  
 Art. 639.  
 Art. 640.  
 Art. 641.  
 Art. 642.  
 Art. 643.  
 Art. 644.  
 Art. 645.  
 Art. 646.  
 Art. 647.  
 Art. 648.  
 Art. 649.  
 Art. 650.  
 Art. 651.  
 Art. 652.  
 Art. 653.  
 Art. 654.  
 Art. 655.  
 Art. 656.  
 Art. 657.  
 Art. 658.  
 Art. 659.  
 Art. 660.  
 Art. 661.  
 Art. 662.  
 Art. 663.  
 Art. 664.  
 Art. 665.  
 Art. 666.  
 Art. 667.  
 Art. 668.  
 Art. 669.  
 Art. 670.  
 Art. 671.  
 Art. 672.  
 Art. 673.  
 Art. 674.  
 Art. 675.  
 Art. 676.  
 Art. 677.  
 Art. 678.  
 Art. 679.  
 Art. 680.  
 Art. 681.  
 Art. 682.  
 Art. 683.  
 Art. 684.  
 Art. 685.  
 Art. 686.  
 Art. 687.  
 Art. 688.  
 Art. 689.  
 Art. 690.  
 Art. 691.  
 Art. 692.  
 Art. 693.  
 Art. 694.  
 Art. 695.  
 Art. 696.  
 Art. 697.  
 Art. 698.  
 Art. 699.  
 Art. 700.  
 Art. 701.  
 Art. 702.  
 Art. 703.  
 Art. 704.  
 Art. 705.  
 Art. 706.  
 Art. 707.  
 Art. 708.  
 Art. 709.  
 Art. 710.  
 Art. 711.  
 Art. 712.  
 Art. 713.  
 Art. 714.  
 Art. 715.  
 Art. 716.  
 Art. 717.  
 Art. 718.  
 Art. 719.  
 Art. 720.  
 Art. 721.  
 Art. 722.  
 Art. 723.  
 Art. 724.  
 Art. 725.  
 Art. 726.  
 Art. 727.  
 Art. 728.  
 Art. 729.  
 Art. 730.  
 Art. 731.  
 Art. 732.  
 Art. 733.  
 Art. 734.  
 Art. 735.  
 Art. 736.  
 Art. 737.  
 Art. 738.  
 Art. 739.  
 Art. 740.  
 Art. 741.  
 Art. 742.  
 Art. 743.  
 Art. 744.  
 Art. 745.  
 Art. 746.  
 Art. 747.  
 Art. 748.  
 Art. 749.  
 Art. 750.  
 Art. 751.  
 Art. 752.  
 Art. 753.  
 Art. 754.  
 Art. 755.  
 Art. 756.  
 Art. 757.  
 Art. 758.  
 Art. 759.  
 Art. 760.  
 Art. 761.  
 Art. 762.  
 Art. 763.  
 Art. 764.  
 Art. 765.  
 Art. 766.  
 Art. 767.  
 Art. 768.  
 Art. 769.  
 Art. 770.  
 Art. 771.  
 Art. 772.  
 Art. 773.  
 Art. 774.  
 Art. 775.  
 Art. 776.  
 Art. 777.  
 Art. 778.  
 Art. 779.  
 Art. 780.  
 Art. 781.  
 Art. 782.  
 Art. 783.  
 Art. 784.  
 Art. 785.  
 Art. 786.  
 Art. 787.  
 Art. 788.  
 Art. 789.  
 Art. 790.  
 Art. 791.  
 Art. 792.  
 Art. 793.  
 Art. 794.  
 Art. 795.  
 Art. 796.  
 Art. 797.  
 Art. 798.  
 Art. 799.  
 Art. 800.  
 Art. 801.  
 Art. 802.  
 Art. 803.  
 Art. 804.  
 Art. 805.  
 Art. 806.  
 Art. 807.  
 Art. 808.  
 Art. 809.  
 Art. 810.  
 Art. 811.  
 Art. 812.  
 Art. 813.  
 Art. 814.  
 Art. 815.  
 Art. 816.  
 Art. 817.  
 Art. 818.  
 Art. 819.  
 Art. 820.  
 Art. 821.  
 Art. 822.  
 Art. 823.  
 Art. 824.  
 Art. 825.  
 Art. 826.  
 Art. 827.  
 Art. 828.  
 Art. 829.  
 Art. 830.  
 Art. 831.  
 Art. 832.  
 Art. 833.  
 Art. 834.  
 Art. 835.  
 Art. 836.  
 Art. 837.  
 Art. 838.  
 Art. 839.  
 Art. 840.  
 Art. 841.  
 Art. 842.  
 Art. 843.  
 Art. 844.  
 Art. 845.  
 Art. 846.  
 Art. 847.  
 Art. 848.  
 Art. 849.  
 Art. 850.  
 Art. 851.  
 Art. 852.  
 Art. 853.  
 Art. 854.  
 Art. 855.  
 Art. 856.  
 Art. 857.  
 Art. 858.  
 Art. 859.  
 Art. 860.  
 Art. 861.  
 Art. 862.  
 Art. 863.  
 Art. 864.  
 Art. 865.  
 Art. 866.  
 Art. 867.  
 Art. 868.  
 Art. 869.  
 Art. 870.  
 Art. 871.  
 Art. 872.  
 Art. 873.  
 Art. 874.  
 Art. 875.  
 Art. 876.  
 Art. 877.  
 Art. 878.  
 Art. 879.  
 Art. 880.  
 Art. 881.  
 Art. 882.  
 Art. 883.  
 Art. 884.  
 Art. 885.  
 Art. 886.  
 Art. 887.  
 Art. 888.  
 Art. 889.  
 Art. 890.  
 Art. 891.  
 Art. 892.  
 Art. 893.  
 Art. 894.  
 Art. 895.  
 Art. 896.  
 Art. 897.  
 Art. 898.  
 Art. 899.  
 Art. 900.  
 Art. 901.  
 Art. 902.  
 Art. 903.  
 Art. 904.  
 Art. 905.  
 Art. 906.  
 Art. 907.  
 Art. 908.  
 Art. 909.  
 Art. 910.  
 Art. 911.  
 Art. 912.  
 Art. 913.  
 Art. 914.  
 Art. 915.  
 Art. 916.  
 Art. 917.  
 Art. 918.  
 Art. 919.  
 Art. 920.  
 Art. 921.  
 Art. 922.  
 Art. 923.  
 Art. 924.  
 Art. 925.  
 Art. 926.  
 Art. 927.  
 Art. 928.  
 Art. 929.  
 Art. 930.  
 Art. 931.  
 Art. 932.  
 Art. 933.  
 Art. 934.  
 Art. 935.  
 Art. 936.  
 Art. 937.  
 Art. 938.  
 Art. 939.  
 Art. 940.  
 Art. 941.  
 Art. 942.  
 Art. 943.  
 Art. 944.  
 Art. 945.  
 Art. 946.  
 Art. 947.  
 Art. 948.  
 Art. 949.  
 Art. 950.  
 Art. 951.  
 Art. 952.  
 Art. 953.  
 Art. 954.  
 Art. 955.  
 Art. 956.  
 Art. 957.  
 Art. 958.  
 Art. 959.  
 Art. 960.  
 Art. 961.  
 Art. 962.  
 Art. 963.  
 Art. 964.  
 Art. 965.  
 Art. 966.  
 Art. 967.  
 Art. 968.  
 Art. 969.  
 Art. 970.  
 Art. 971.  
 Art. 972.  
 Art. 973.  
 Art. 974.  
 Art. 975.  
 Art. 976.  
 Art. 977.  
 Art. 978.  
 Art. 979.  
 Art. 980.  
 Art. 981.  
 Art. 982.  
 Art. 983.  
 Art. 984.  
 Art. 985.  
 Art. 986.  
 Art. 987.  
 Art. 988.  
 Art. 989.  
 Art. 990.  
 Art. 991.  
 Art. 992.  
 Art. 993.  
 Art. 994.  
 Art. 995.  
 Art. 996.  
 Art. 997.  
 Art. 998.  
 Art. 999.  
 Art. 1000.